

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**21 a 24**  
**Out**  
**2017**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras  
luguêis



JUDICIÁRIO SOB RISCO

# Doze juízes ameaçados de morte

Registro de ameaças é de janeiro a setembro, e Comissão de Segurança do TJ é responsável por proteção e assistência aos magistrados

Tiago Alencar

Lições anônimas, bilhetes com ameaças de morte, perseguição à família e medo constante. Esses são elementos que fazem parte da rotina de 12 juízes capixabas, que receberam ameaças de morte este ano e pediram proteção da Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Os registros de ameaças tiveram como base o período de janeiro a setembro de 2017. A comissão, que é coordenada pelo desembargador Telêmaco Antunes de Abreu Filho, não revela as medidas de proteção destinadas aos juízes, nem os métodos de investigação para apuração dos casos, por motivos de segurança.

Telêmaco confirma a situação vivenciada pelos magistrados no Estado. "Os juízes acabam enfrentando muitas ameaças. É um ponto muito delicado de ser tratado, porque, quanto menos informações, melhor. Quem fez as intimi-

dações, ao ler os relatos, vai saber de que juiz se trata. Nem mesmo a vara de atuação a gente pode informar. Mas, os números, são reais sim", disse.

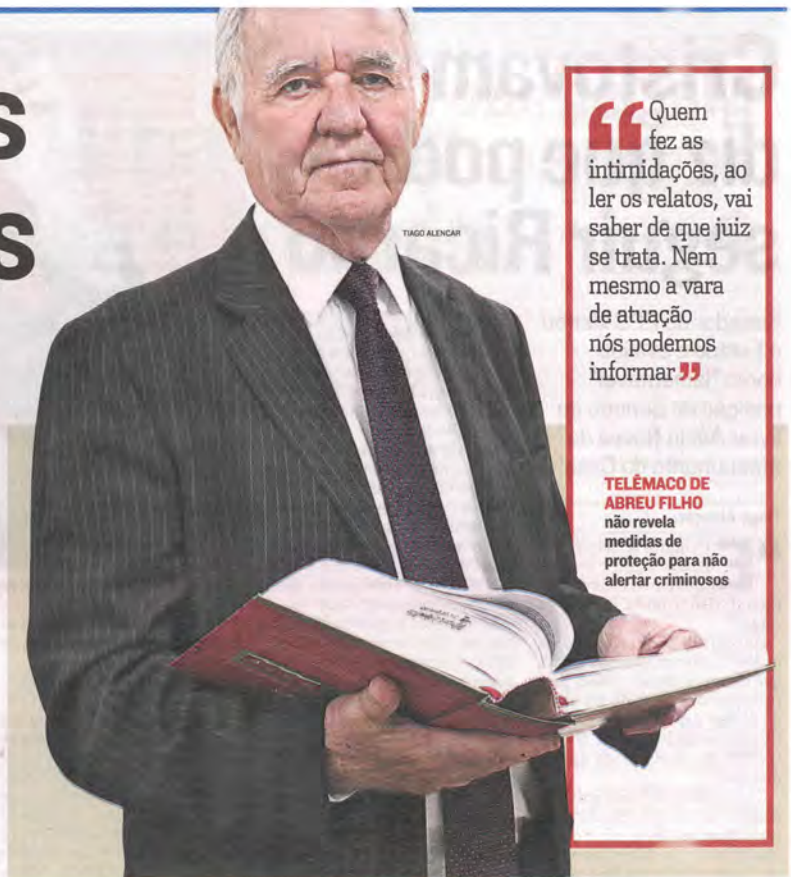
O desembargador também abriu espaço para contar o relato de um preso que, segundo informações de um cúmplice, estaria fazendo uma "vaquinha" para conseguir o dinheiro necessário para mandar executar um juiz. "Durante uma audiência, um detento que estava sendo ouvido, contou o suposto plano execução do juiz", relembrou.

O coordenador da Comissão de Segurança do TJ afirmou ainda que a perseguição aos juízes está atrelada à figura do magistrado em si, sem estarem diretamente ligadas a sexo ou área de atuação.

"É algo que está ligado ao juiz, ao exercício da função dele. Não é algo novo, de agora. Sempre existem retaliações", ressaltou.

Um caminho buscado pela Comissão para inibir a exposição dos juízes a possíveis retaliações por parte de envolvidos em processos, tem sido a criação do projeto "Juiz sem rosto". A proposta faz com que um conjunto de juízes assinem a mesma decisão.

Em sua composição, a comissão tem um tenente-coronel da Polícia Militar (PM), um oficial do Corpo de Bombeiros e dois magistrados.



TIAGO ALENCAR

“Quem fez as intimidações, ao ler os relatos, vai saber de que juiz se trata. Nem mesmo a vara de atuação nós podemos informar”

TELÊMACO DE ABREU FILHO não revela medidas de proteção para não alertar criminosos

## Profissão de risco

De vaquinha para matar a pneus furados: rotina

### 48 JUÍZES

UM LEVANTAMENTO FEITO PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (TJ-ES) MOSTROU QUE, NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, 48 JUÍZES SOFRERAM ALGUM TIPO DE AMEAÇA.

#### "Vaquinha"

Entre os casos abertos pela Comissão, está o relato de que um ex-detento, durante depoimento, teria afirmado que estava sendo feita uma "vaquinha", entre os acusados no processo, para mandar matar o juiz que havia dado a decisão que condenou o grupo. A Amages confirmou a informação.

#### Casa fechada

Um magistrado que atua no interior do Estado relatou que, logo quando chegou para assumir a Vara para a qual havia sido designado,

em Barra de São Francisco, foi informado de que um grupo de criminosos teria alugado uma casa, longe da cidade, para onde ele seria levado para ser executado.

#### Pneus furados

Uma magistrada que julgava um processo referente a questões familiares alegou que os pneus de seu carro, que estava estacionado em frente a um prédio na região de Vila Velha, foram furados.

O caso, segundo a juíza, aconteceu em maio de 2015, mas nunca mais se repetiu.

#### POR QUESTÕES

de segurança a Comissão não divulga informações as varas de atuação dos magistrados ameaçados, nem os municípios nos quais eles estão distribuídos.



KADUJA FERNANDES - 24/02/2016

HERMÍNIA: magistradas ficam mais expostas e acabam sofrendo coação

## Juíza diz que foi ameaçada por maridos violentos

A juíza que coordena as Varas de Violência Doméstica e Familiar, Hermínia Azoury, conta que já viveu situações em que sofreu ameaças de forma velada por parte de maridos de vítimas para as quais concedeu medidas protetivas.

Ainda segundo a magistrada, as juízas acabam sendo vistas como mais vulneráveis a sofrer coações.

"Durante o exercício da magistratura, eu cheguei a receber algumas retaliações, mas tudo de maneira muito velada, sem confirmação de fato. Nós, magistradas, acabamos ficando mais expostas, muito pela questão de sermos, às vezes, mais concentradas no que estamos fazendo, e acabamos não reparando muito a nossa volta", ressaltou.

Um estudo divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

mostrou que o maior número de relatos de ameaças contra juízes tem como principal alvo as magistradas.

Uma juíza que atuava em uma vara no município de Serra contou que passou a receber mensagens com intimidações, e que, em seguida, a situação começou a ficar mais séria, fazendo com ela pedisse escolta ao TJ-ES.

"Começou com algo bem sutil, sem muita agressividade. Depois, as ameaças começaram a ficar mais fortes. Andei um bom tempo com escolta", relata.

Hoje, a magistrada está trabalhando em outro município da Grande Vitória, e diz estar mais tranquila.

"Agora estou em uma vara menos conturbada. Tenho conseguido ter tranquilidade", contou.

## Em todo o País, vinte magistrados correm risco

Um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostrou que, entre setembro de 2016 e setembro deste ano, 20 juízes brasileiros estavam sob risco, recebendo ameaças de morte contra eles e seus familiares.

O cenário, segundo o CNJ, é o seguinte: em um universo de 20 relatos, 8 vieram de juízes; os outros 12 casos, estão relacionados a magistradas.

O estudo ainda revela que 10 juízes têm escolta pessoal, sendo que, três delas, foram solicitadas em caráter emergencial.

Comparando dos dados do CNJ com os repassados pela Comissão de Segurança do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), cerca de 8 magistrados capixabas podem estar contemplados no estudo divulgado.

O Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário (DSIPJ), que é ligado ao CNJ, disponibiliza um guia de segurança para os juízes, que pode ser acessado por meio do portal do próprio DSIPJ.

No guia, é ressaltada a responsabilidade do magistrado com sua segurança pessoal. Os juízes também são orientados a mudarem de rotinas quando perceberem alguma intimidação.

O CNJ não divulga os estados aos quais os relatos estão ligados, nem as varas onde os juízes atuam.



JUDICIÁRIO SOB RISCO

# Magistrado teve de deixar o Estado

O juiz federal Wilson José Witzel, que atuava na 2ª Vara Criminal Federal de Vitória, se viu obrigado a deixar o Estado após sofrer constantes ameaças de morte contra ele e seus familiares.

Witzel entrou na lista de juizes ameaçados após ter julgado processos envolvendo tráfico internacional de drogas. Após as ameaças, ele foi transferido para 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, o que não foi suficiente para barrar as intimidações.

À época dos acontecimentos, entre os anos de 2010 e 2011, o juiz pediu nova transferência, indo, desta vez, para o Rio de Janeiro, que assim como o Estado, faz parte da 2ª Região da Justiça Federal.

No mesmo ano de sua transferência, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) divulgou material onde o juiz afirmava: "Minha família foi fotografada na praia, por um carro com placa clonada. O único apoio que tive foi da Seção Judiciária do Espírito Santo", disse.

O magistrado também estava preocupado pelo fato de ter três filhos. "Tenho três filhos e fica muito difícil trabalhar nessa situação. O juiz acaba se transformando em

um encarcerado", ressaltou.

Por motivos de segurança do magistrado, não é divulgado seu atual local de atuação e nem onde reside.

**APOSENTADO**

Figura emblemática no que diz respeito a juizes que sofrem retaliações, o juiz federal Odilon de Oliveira, considerado o magistrado mais procurado do País, já teve sua cabeça pedida por criminosos como Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, que liderava a organização criminosa Comando Vermelho, e de Luiz Carlos da Rocha, o Cabeça Branca, considerado pela Polícia Federal o maior narcotraficante do País.

Depois de 30 anos de magistratura – 18 deles o juiz viveu sob forte escolta, chegando ao ponto de dormir, diversas vezes, no próprio fórum onde julgava os processos –, Odilon se aposentou da função no último dia 5.

Ao anunciar sua aposentadoria, o juiz disse que correu contra o tempo, já que pretendia se filiar a algum partido para lançar uma possível candidatura política.

"Requeri em caráter de urgência devido ao prazo de filiação partidária", afirmou.

MARCO MATELO/AGÊNCIA ESTADO



O JUIZ ODILON passou 18 anos da carreira escoltado, 24 horas por dia

## Dia a dia fácil de monitorar

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), juiz Ezequiel Turbido, avalia que os magistrados do Estado estão em risco constante, uma vez que, segundo ele, trata-se de um Estado demograficamente pequeno onde as rotinas podem ser facilmente monitoradas.

"De fato, essa é a realidade dos magistrados capixabas. Mesmo com a Comissão de Segurança do TJ-ES funcionando bem, ainda temos vários relatos de intimidação de juizes", disse.

O magistrado revela que um estudo feito por órgãos que regulam as atividades dos juizes apontou que a maioria dos magistrados mortos era de varas de execuções penais.

"São processos que envolvem uma série de questões, sendo a mais delicada delas o crime orga-

nizado. Quando um juiz dá uma decisão que prende o chefe de uma quadrilha, por exemplo, ele, de certa forma, está comprando uma briga, mesmo que involuntariamente", avaliou.

**SALÁRIOS**

Embora seja considerada uma profissão com de alto risco, a magistratura rende aos juizes um salário mensal com teto definido em R\$ 33.763,00.

No entanto, em alguns casos, as remunerações dos magistrados podem chegar a até R\$ 50 mil, se somados todos os benefícios remuneratórios referentes ao cargo.

Além dos salários, os juizes também têm direito a benefícios como auxílio-moradia de mais de R\$ 4 mil, por exemplo. Outro benefício é poderem sair de férias por 60 dias.



O JUIZ CARLOS EDUARDO RIBEIRO LEMOS vive sob escolta, com toda a família, há 15 anos, e disse que já teve que sair de locais públicos por risco de sofrer atentado: "Legislação frouxa"

## "Os gestores não se preocupam"

São 15 anos sendo escoltado, tendo a sua privacidade e a de sua família constantemente vigiadas. Esse é o preço pago pelo juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, titular da 7ª Vara Criminal do Fórum de Vitória, que entende que os gestores públicos só agem quando não há mais o que fazer.

"Como tudo em nosso País, os gestores públicos não se preocupam, só externam preocupação quando algo já aconteceu. Precisamos tratar a segurança como coisa profissional", avaliou.

No início dos anos 2000, o magistrado, juntamente com o juiz Alexandre Martins de Castro Fi-

lho, assassinado em 2003, teria desarticulado uma série de irregularidades envolvendo pessoas ligadas a grupos de extermínio da Grande Vitória.

Desde então, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos passou a sofrer constantes ameaças, convivendo com elas por mais de uma década.

"Durante todo esse tempo, que não são dias, mas sim, anos, eu já fui seguido por carros e motos clonados. Já tive que sair de lugares públicos, após receber informações de que atentados poderiam acontecer", relatou.

No entanto, para o magistrado, que diz não pensar em abrir mão

da magistratura, a parte menos agradável dessa história está relacionada à sua família que, segundo ele, foi privada de momentos importantes.

"Meu filho, de 16 anos, já nasceu escoltado. Minha filha, que tem 19 anos, anda com escolta desde os três. Eles acabam levando uma vida limitada, em comparação com os outros jovens da mesma idade", lamentou.

O juiz afirma que a legislação atual, em alguns casos, possibilita a prática de ameaças. "Nossa legislação é muito frouxa com os acusados, que ficam soltos durante o processo", disse.

**FALA, LEITOR!**

**RAFAEL MEDONÇA, 28 anos, instrumentador**  
 "A profissão de juiz é muito perigosa, na minha opinião. Eles acabam ficando muito expostos nos processos que julgam"

**RAFAEL MONTEIRO, 23 anos, vendedor**  
 "Eu acho que os juizes brasileiros têm mais segurança para eles que os policiais, por exemplo. Não acho perigoso"

**ELAINE RAMOS, 33 anos, dona de casa**  
 "Os juizes correm muitos riscos. É complicado, porque eles acabam tendo que julgar o destino das pessoas"

**ANÁLISE**

## "Rotina de insegurança não é e não deve ser uma escolha"

"Quem trabalha diariamente para fazer a lei ser cumprida é, realmente, passível da antipatia das pessoas, em função dos interesses distintos que sempre estão em jogo.

Na maioria das vezes, uma parte sai prejudicada por uma decisão judicial. E, em alguns casos, a pessoa que não obtém resultado favorável não reconhece que a decisão foi acertada.

Há profissionais que atuam mais diretamente com áreas em que o ris-

co de sofrer ameaça é maior, mas essa não deve, de maneira alguma, ser uma consequência aceitável dessa atuação.

Como qualquer profissional, quando optamos por qual carreira seguir, avaliamos vantagens e riscos, mas ter que se submeter a uma rotina de insegurança não é e não deve ser uma escolha.

É dever do Estado garantir a segurança de magistrados, promotores, advogados e defensores públicos,

desmascarando e punindo aqueles que buscam, através da ameaça ou qualquer outro meio, alcançar resultados escusos.

É interessante, também, que haja um olhar mais comprometido para essa questão, com um debate amplo, para que sejam implementadas medidas que inibam cada vez mais a ação daqueles que tentam coibir o trabalho da magistratura, que é de grande importância e valia para a sociedade."

Glauco Reis, advogado





## PRISÃO DECRETADA

# Gratz e Valci seguem em liberdade

**Relator de habeas corpus de conselheiro afastado no STF é Alexandre de Moraes**

**KLEBER AMORIM**  
kamoreira@redgazeta.com.br

Diante da demora da chegada da determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) à 8ª Vara Criminal de Vila Velha sobre as prisões do ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz e do conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado (TCES) Valci Ferreira, os condenados deverão passar o fim de semana longe das grades.

Até a noite de ontem, a Vara responsável por exe-

cutar as prisões não havia recebido o documento. A Polícia Federal no Estado, que conduzirá os dois para a detenção, também não havia obtido nenhuma notificação.

Enquanto isso, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, as defesas de Gratz e Valci protocolaram pedido de habeas corpus. O ministro do STF Alexandre de Moraes foi escolhido relator da solicitação de Valci. A análise do pedido ficará para a semana que vem, assim como a escolha do relator do habeas corpus de Gratz, que provavelmente será o mesmo.

Leonardo Ganho, um



**Valci Ferreira foi afastado do TCES**



**José Carlos Gratz presidiu a Assembleia**

dos advogados de Gratz, disse que seu cliente está em casa e à disposição da Justiça. Ele afirmou que Gratz só poderia se entregar se houvesse a documentação vinda de Brasília em mãos.

Gratz e Valci foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) e condenados pela Justiça Federal, em 2016, por peculato (uso de cargo público para obter vantagem) e lavagem de dinheiro.

O principal fato da denúncia que levou à condenação dos dois refere-se à contratação, feita pelo ex-presidente da Assembleia, em 1997, de seguro de vida coletivo dos deputa-

dos estaduais, caso conhecido como "Seguro da Assembleia". Nele, as corretoras recebiam 70% do valor do prêmio do seguro.

"Gratz não firmou contrato. Ele deu continuidade e, por isso, não fez nenhum ajuste irregular, apenas deu continuidade ao contrato que já estava em vigor das presidências anteriores, de 1997 para trás. Quanto ao crime de lavagem de dinheiro, conseguimos provar inocência e o STJ reconheceu", disse por sua vez o advogado Carlos Guilherme Pagiola. Já o advogado de Valci foi procurado pela reportagem, mas não deu retorno ontem.

# Prisões de Valci e Gratz só na semana que vem

A expectativa é do advogado do conselheiro afastado, isso caso o habeas corpus impetrado pela defesa não seja aceito

Giordany Bossato

A prisão dos ex-presidentes da Assembleia Legislativa (Ales) José Carlos Gratz e Valci José Ferreira de Souza, além de outros três condenados, pode acontecer na semana que vem. Se é que vai acontecer, segundo avalia o advogado Aluísio Lundgren, que defende Valci Ferreira.

“Tem de aguardar ainda a publicação do acórdão, que está pendente. Só semana que vem, ele deve ser publicado. E isso (a prisão) só deve acontecer semana que vem, se acontecer”, comentou o defensor de Valci, que também é ex-presidente do Tribunal de Contas e conselheiro afastado.

Durante a noite de ontem, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) informou que o acórdão havia sido enviado para publicação.

De acordo com Aluísio, a condenação foi injusta. “Foi uma injustiça. Eles pegaram o cheque de um sinistro do carro dele e colocaram como propina”, disse o advogado.

Valci foi condenado a 10 anos de prisão por peculato e lavagem de dinheiro. Já a condenação de Gratz é por peculato e ele foi condenado a 5 anos e meio de prisão. Os dois teriam participado de um esquema de contratação de seguro de vida para os deputados.

O representante de Gratz, Carlos Guilherme Macedo Paiola Cordeiro, disse que está aguardando o sorteio do relator do caso no



KADIDJA FERNANDES - 27/03/2006



**VALCI E GRATZ:** condenação por suposta fraude no seguro dos deputados

Supremo Tribunal Federal (STF).

“O processo que a gente vai discutir a liberdade foi protocolado ontem (quinta-feira). Então, a gente tem de aguardar um pouco. Nesse habeas corpus, a gente debate o pedido de absolvição, o pedido de redução de pena, pedido de aplicação de regime menos gravoso e o cerceamento de defesa”, explicou Carlos Guilherme.

Sobre o cumprimento da prisão, o STJ informou que expediu o que

se chama “carta-guia”, documento à Vara de Execuções do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Já o TJ-ES informou que a Justiça Estadual só executa a pena. “Nos casos, os réus serão encaminhados pela Justiça Federal para uma das Varas de Execuções Penais. Até agora, a Justiça Estadual não recebeu nada”, diz o texto. A Justiça Federal informou que a Justiça Estadual será a responsável pelas prisões.



## Prisões de Gratz e Valci já estão com juízes

Os juízes da 8ª Vara de Execuções de Vila Velha e da Vara de Execução Penal de Viana já estão com os pedidos de prisão dos ex-presidentes da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz e Valci Ferreira.

Gratz foi condenado a cinco anos de prisão por peculato, já Valci responderá a 10 anos de prisão por peculato e lavagem de dinheiro. Os crimes estão relacionados à contratação de seguro de vida para deputados na Assembleia Legislativa.

Segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), a 8ª Vara Criminal de Vila Velha foi oficiada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“O juiz vai analisar os documentos e verificar quais são as medidas judiciais que terá de adotar. Em relação a José Carlos Gratz, a documentação está sendo reencaminhada para a Vara de Execução Penal de Viana, pois naquela unidade já tramita outra execução de processo federal contra ele”, informou.

ARQUIVO/AT



**VALCI** foi condenado a 10 anos

**Anselmo Laghi Laranja e Dauray Cezar Fabríz**

São, respectivamente, juiz de Direito e doutorando do PPGD-FDV e professor doutor do PPGD-FDV

Quando o ajuizamento de processos for irracional, parece incontornável que ele precisa ser limitado

## A desjudicialização e o acesso à Justiça

Os dados do “Justiça em Números 2017”, produzidos pelo Conselho Nacional de Justiça, revelam que nos últimos sete anos a taxa de congestionamento do Poder Judiciário se manteve acima de 70%. Isso pode demonstrar a “crise do Poder Judiciário”, termo utilizado para ressaltar que ainda não encontramos mecanismos para resolver todos os casos que são ajuizados anualmente e reduzir o estoque daqueles iniciados nos anos anteriores.

O grande dilema do Poder Judiciário é não conseguir transformar produção em eficiência. Somos, paradoxalmente, um dos países com a maior produtividade por magistrado no mundo ao mesmo tempo em que o Poder Judiciário é o mais congestionado. E a presença do Estado em juízo tem grande parcela de responsabilidade nisso.

Os esforços para aperfeiçoar o Poder Judiciário parecem não atingir o cerne

da questão. O simples acesso ao Poder Judiciário não representa acesso à Justiça. Tem-se acreditado que é preciso aumentar a capacidade de processamento do Poder Judiciário, mas, talvez, a resposta esteja na perspectiva oposta.

O ponto central pode estar na concepção que temos adotado de acesso à Justiça. Precisamos repensar se o texto constitucional, ao dizer que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, buscou criar uma sociedade em que a Justiça só pode ser alcançada pelo Poder Judiciário, ou, mais que isso, uma sociedade em que o Poder Judiciário necessariamente deve ser o principal órgão de resolução de conflitos.

Essa crítica à concepção tradicional de

acesso à Justiça abre uma nova frente de trabalho, em que se parte da premissa de que o acesso ao Poder Judiciário só pode ser evocado na medida em que representar mais acesso à Justiça. Quando o ajuizamento de processos ocorrer, irracionalmente, de modo a comprometer a promessa constitucional do acesso à justiça, parece incontornável que ele precisa ser limitado.

É claro que medidas desse gênero demandam estudos e reflexões para não se criar barreira à efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos, principalmente dos mais carentes. Isso não impede que comecemos a buscar caminhos constitucionais para a desjudicialização daqueles casos que podem e precisam ficar fora do Judiciário.



## CRIME NO HUCAM

CASO MILENA GOTTARDI

# Promotores denunciam acusados por morte de médica até sexta

**Inquérito policial com seis indiciados foi entregue ao Ministério Público Estadual**

▲ **VILMARA FERNANDES**  
vfernandes@redgazeta.com.br

O inquérito policial que indiciou seis pessoas pelo assassinato da médica Milena Gottardi foi entregue na tarde de ontem ao Ministério Público Estadual (MPES). A expectativa agora é de que a denúncia a ser feita pelos promotores, de acordo com os prazos legais, seja apresentada à Justiça até a próxima sexta-feira.

Os promotores indicados para acompanhar o caso - Paulo Panaro e Gerson Ramos - passam agora a serem os titulares da ação penal, ou seja, vão ser as pessoas a denunciarem à Justiça os acusados pelo crime da médica. Eles podem, ou não, acompanhar o indiciamento feito pelo delegado Janderson Lube, da Delegacia de Homicídios Contra a Mulher, onde o caso foi solucionado.

## INVESTIGAÇÃO

A conclusão da investigação policial, anunciada na última quarta-feira, indiciou o policial civil Hilário Frasson - ex-marido da vítima -, e seu pai, Esperidião Frasson, como mandantes do crime. Os dois foram acusados de crime



O policial civil Hilário e o pai dele, Esperidião Frasson, são acusados de tramar a morte de Milena Gottardi

de homicídio qualificado por promessa de pagamento, emboscada e feminicídio (crime de ódio baseado no gênero). Somados, os crimes podem render até 34 anos de prisão.

O delegado indiciou, ainda, os outros quatro envolvidos por homicídio qualificado por ter sido em emboscada e por promessa de recompensa. São eles: Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho, os intermediários;

## VOLUME

**2.194**

páginas

É o tamanho do inquérito policial que investiga a morte de Milena.

Dionathas Alves Vieira, como executor; e Bruno Rodrigues Broetto, que ajudou no crime fornecendo



**Médica foi morta ao sair do Hucam**

A médica Milena Gottardi foi baleada na cabeça no estacionamento do Hucam, quando deixava o trabalho. Ela estava acompanhada de uma amiga médica, que a tudo presenciou e ajudou nas investigações. No dia seguinte ao crime, a sua morte foi declarada.

Para o delegado Janderson Lube, as provas existentes no inquérito são consistentes. "Não restam dúvidas sobre a participação dos seis envolvidos no homicídio", afirmou. Ele destacou ainda que Hilário nem mesmo lamentou a morte da ex-mulher. "Ele já tinha decidido eliminar Milena. Restou por ela apenas o ódio", destacou Lube.

do a moto. Também pesam contra os seis, o crime de furto do celular de Milena, não localizado pela polícia até hoje.

## PRISÕES

Também será analisado pelos promotores que agora cuidam do caso, se as prisões temporárias dos seis acusados vão ser transformadas em prisões preventivas. Por enquanto todos os seis envolvidos no crime permanecem detidos por decisão da Justiça estadual. É esta prisão, inclusive, que mantém o policial civil Hilário Frasson afastado de suas funções.

Há ainda outra possibilidade em que os acusados podem acabar sendo mantidos presos. Ela ocorre no caso dos promotores pedirem a revogação das prisões, ou de parte delas, mas o juiz que assumir o caso decidir pela manutenção da condição, e assim o determinar.

Há ainda outra possibilidade em que os acusados podem acabar sendo mantidos presos. Ela ocorre no caso dos promotores pedirem a revogação das prisões, ou de parte delas, mas o juiz que assumir o caso decidir pela manutenção da condição, e assim o determinar.

## Policial pode responder por improbidade

▲ O policial civil Hilário Frasson poderá ser alvo de uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa, caso seja denunciado pelo Ministério Público Estadual como um dos mandantes do assassinato da médica Milena Gottardi, sua ex-mulher.

Apesar do homicídio não ter relação direta com o exercício funcional de Hilário, há indícios de que ele se valeu de sua função para ameaçá-la e intimidá-la, como explica o promotor Paulo Panaro, que acompanha as investigações além de atuar na Promotoria responsável por fazer o con-

trole externo e a fiscalização da atividade policial.

## VÍDEOS

Dentre esses indícios estão vídeos, já divulgados pela imprensa e que foram enviados para Milena e para amigos próximos dela. Em um deles ele aparece em um carro onde mostra a arma que usava, no banco do carona do veículo que dirigia.

Em outro ele aparece fazendo o treinamento de tiro. "A arma é um instrumento de trabalho dele, mas há indícios de que ele a ostentava para a Milena, principalmente, quando começaram as brigas e in-

timidações. São situações que podem caracterizar improbidade administrativa", observa Panaro.

Hilário, como policial civil, está sujeito ao que determina a Constituição sobre o servidor público, que deve agir dentro dos princípios da moralidade, impessoalidade e legalidade. A ele é vedado ainda cometer abuso de poder, provocar injustiças ou causar prejuízos ao Estado ou a outros, como explica o promotor Panaro: "Um servidor precisa manter uma imagem de integridade, ele representa o Estado, e qualquer deslize na vida

privada pode configurar improbidade administrativa, o que dirá a prática de um homicídio", diz.

Se for condenado em uma ação por improbidade administrativa, Hilário ficará impedido de participar de concursos públicos e de ocupar funções públicas.

## ATÉ DEMISSÃO

Hilário também está sendo investigado em um Procedimento Administrativo (PAD) aberto pela Polícia Civil, que pode resultar em sua demissão. Até lá ele continuará recebendo o salário líquido de cerca de R\$ 4,5 mil.



Panaro investiga indícios de má conduta de Hilário

EDSON CHAGAS/ARQUIVO



# DESEMPREGO LEVA PAIS À JUSTIÇA PARA REVER PENSÃO

Só neste ano, já são cinco ações por dia pedindo revisão

RAQUEL LOPES  
rllopes@redgazeta.com.br

O motorista David (nome fictício), 54, tinha uma renda fixa e carteira assinada cinco anos atrás. No entanto, passou a viver de "bicos e viu a renda despencar ao ficar desempregado. Com a falta de trabalho, uma série de problemas: como o atraso da pensão de R\$ 281 do filho e, consequentemente, duas prisões.

Agora, ele luta na Justiça para que a pensão do filho, um estudante de 20 anos, seja revista. "Em dezembro entrei na Justiça após ser preso pela segunda vez para diminuir a quantia paga ao meu filho. Mas, enquanto isso, tenho que continuar pagando o valor. No entanto, minha realidade é outra e não tenho mais condições financeiras", alega.

Mas o motorista não é o único. O desemprego ou queda na renda levam mais pais a pedir redução na pensão alimentícia para os filhos. O número de processos na Justiça com pedidos de revisão de pensão aumentou em 22% de 2015 a 2016, segundo dados do Tribunal de Justiça



“  
Minha realidade mudou. Em dezembro entrei na Justiça após ser preso pela segunda vez”

DAVID (NOME FICTÍCIO)  
MOTORISTA

do Espírito Santo (TJES).

Em 2015, foram 1.628 ações durante todo o ano, uma média de 4,46 processos por dia. Já em 2016, foram 1.996 processos: 5,4 por dia. Somente neste ano, até o último dia 13 de outubro, foram

1.616 ações judiciais com esse objetivo, uma média de 5,6 por dia.

## DESEMPREGO

A diretora administrativa do Núcleo de Atendimento Cível da Defensoria Pública, defensora Cláudia Franco,

afirma que a maioria dos pais estão pedindo redução do valor devido ao desemprego, ou porque alegam que estão recebendo menos no trabalho. Segundo estimativa do IBGE, 282 mil pessoas estão desempregadas no Estado no segun-

do trimestre deste ano.

"Na maioria dos casos, o desemprego é o fator principal, a pessoa pode alegar queda no rendimento. No entanto, isso por si só não diminuiria a pensão, pois leva em conta também a necessidade da criança", diz.

## AUMENTO

**1.628**

ações

Foi a quantidade de pedidos na Justiça realizados em 2015.

**1.996**

ações

É o número das que foram ajuizadas no ano passado.

O advogado de família Hahnemann Doellinger explica que o valor da pensão é estabelecida tanto com base na necessidade da criança como na possibilidade de pagar da pessoa. Ele aponta que, normalmente, o valor gira em torno de 15 a 20% do salário do pai. No caso de desemprego, o tribunal não aceita o entendimento de que não há como pagar.

"Os acordos costumam prever um valor a ser pago. A qualquer momento o valor pode ser revisto, mas é preciso que haja provas", diz

## Um mês de atraso é o suficiente para prisão

A advogada cível Kelly Andrade explica que o pai ou a mãe que são responsáveis pelo pagamento da pensão precisam andar em dia. Desde março de 2016, com a mudança do código de pro-

cesso civil, o pai que estiver em débito com um mês já pode ser preso.

"A pensão deve ser paga pelo pai ao filho até ele completar 18 anos ou até concluir o curso técnico ou superior. Se a

pessoa precisa pagar a

quantia e não consegue, tem que entrar com a revisão para evitar que seja preso. Se ele deixar de pagar um mês já cabe o cumprimento da sentença com o pedido de pri-

son", diz

A diretora administrativa do Núcleo de Atendimento Cível da Defensoria Pública, defensora Cláudia Franco, acrescenta que a família que esteja com a

pensão em débito pode procurar um defensor público ou advogado.

"O pedido é feito a Justiça, é o juiz quem determina a prisão. Mas, antes de ir preso, o pai tem três dias para pagar ou prestar

uma justificativa", informou a defensora.

Ela explica que, para o valor da pensão ser revisto, é preciso que a pessoa prove que a houve uma mudança na vida. Dessa forma, não possui condição de arcar com o mesmo valor de antes.

## SAIBA MAIS

### PENSÃO

#### Revisão

A revisão pode ser pedida a qualquer momento na Justiça, mas a pessoa precisa provar que a renda diminuiu. No entanto, nem

isso pode ser suficiente dependendo da necessidade do filho.

### CRISE ECONÔMICA

#### Desemprego

Principal motivo para que

pais peçam a revisão da pensão. Outro motivo muito grande é o estabelecimento de uma nova família. Assim, a pessoa alega que precisa dividir essa renda.

### VALOR

#### Pode variar

Especialistas afirmam que cada caso precisa ser visto de forma individual. O valor da pensão é estabelecido

levando em conta tanto a necessidade da criança, quanto a possibilidade de pagar do responsável pelo pagamento da pensão.

### PRISÃO

#### Com apenas um atraso

Desde março de 2016, com a mudança do código de processo civil, o pai que estiver há um mês em débito já pode ser preso.



## **Desemprego leva pais à Justiça para rever pensão**

### **Só neste ano, já são cinco ações por dia pedindo revisão**

O motorista David (nome fictício), de 54 anos, há cinco anos tinha uma renda fixa e carteira assinada. No entanto, passou a viver de “bicos e viu a renda despencar ao ficar desempregado. Junto com a falta de trabalho, uma série de problemas: como o atraso da pensão de R\$ 281 do filho e, consequentemente, duas prisões.

Agora, ele luta na Justiça para que a pensão do filho, um estudante de 20 anos, seja revista. “Em dezembro entrei na Justiça após ser preso pela segunda vez para diminuir a quantia paga ao meu filho. Mas, enquanto isso, tenho que continuar pagando o valor. No entanto, minha realidade é outra e não tenho mais condições financeiras”, alega.

Mas o motorista não é o único. O desemprego ou queda na renda levam mais pais a pedir redução na pensão alimentícia para os filhos. O número de processos na Justiça com pedidos de revisão de pensão aumentou em 22% de 2015 a 2016, segundo dados do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

Em 2015, foram 1.628 ações durante todo o ano, uma média de 4,46 processos por dia. Já em 2016, foram 1.996 processos: 5,4 por dia. Somente neste ano, até o último dia 13 de outubro, foram 1.616 ações judiciais com esse objetivo, uma média de 5,6 por dia.

### **DESEMPREGO**

A diretora administrativa do Núcleo de Atendimento Cível da Defensoria Pública, defensora Cláudia Franco, afirma que a maioria dos pais estão pedindo redução do valor devido ao desemprego, ou porque alegam que estão recebendo menos no trabalho. Segundo estimativa do IBGE, 282 mil pessoas estão desempregadas no Estado no segundo trimestre deste ano.

“Na maioria dos casos, o desemprego é o fator principal, a pessoa pode alegar queda no rendimento. No entanto, isso por si só não diminuiria a pensão, pois leva em conta também a necessidade da criança”, diz.

O advogado de família Hahnemann Doellinger explica que o valor da pensão é estabelecida tanto com base na necessidade da criança como na possibilidade de pagar da pessoa. Ele aponta que, normalmente, o valor gira em torno de 15 a 20% do salário do pai. No caso de desemprego, o tribunal não aceita o entendimento de que não há como pagar.

“Os acordos costumam prever um valor a ser pago. A qualquer momento o valor pode ser revisto, mas é preciso que haja provas”, diz.

### **Um mês de atraso é o suficiente para prisão**

A advogada cível Kelly Andrade explica que o pai ou a mãe que são responsáveis pelo pagamento da pensão precisam andar em dia. Desde março de 2016, com a mudança do código de processo civil, o pai que estiver em débito com um mês já pode ser preso.

“A pensão deve ser paga pelo pai ao filho até ele completar 18 anos ou até concluir o curso técnico ou superior. Se a pessoa precisa pagar a quantia e não consegue, tem que entrar com a revisão para evitar que seja preso. Se ele deixar de pagar um mês já cabe o cumprimento da sentença com o pedido de prisão”, diz

A diretora administrativa do Núcleo de Atendimento Cível da Defensoria Pública, defensora Cláudia Franco, acrescenta que a família que esteja com a pensão em débito pode procurar um defensor



público ou advogado.

“O pedido é feito a Justiça, é o juiz quem determina a prisão. Mas, antes de ir preso, o pai tem três dias para pagar ou prestar uma justificativa”, informou a defensora.

Ela explica que, para o valor da pensão ser revisto, é preciso que a pessoa prove que houve uma mudança na vida. Dessa forma, não possui condição de arcar com o mesmo valor de antes.

## **SAIBA MAIS**

### **Pensão**

#### **Revisão**

A revisão pode ser pedida a qualquer momento na Justiça, mas a pessoa precisa provar que a renda diminuiu. No entanto, nem isso pode ser suficiente dependendo da necessidade do filho.

### **Crise econômica**

#### **Desemprego**

Principal motivo para que pais peçam a revisão da pensão. Outro motivo muito grande é o estabelecimento de uma nova família. Assim, a pessoa alega que precisa dividir essa renda.

### **Valor**

#### **Pode variar**

Especialistas afirmam que cada caso precisa ser visto de forma individual. O valor da pensão é estabelecido levando em conta tanto a necessidade da criança, quanto a na possibilidade de pagar do responsável pelo pagamento da pensão.

### **Prisão**

#### **Com apenas um atraso**

Desde março de 2016, com a mudança do código de processo civil, o pai que estiver há um mês em débito já pode ser preso.



# Justiça manda sites de compras indenizarem 2.800

Principais problemas enfrentados por consumidores foram prazos de entrega não cumpridos e produtos entregues danificados

Andreia Ferreira

As compras pela internet para nos últimos meses renderam dores de cabeça para 2.800 consumidores da Grande Vitória. Eles enfrentaram problemas como prazo de entrega não cumprido, produtos que chegaram danificados e até trocados. Por isso, a Justiça mandou os sites responsáveis pelas vendas indenizarem seus clientes.

De acordo com Paulo Abiguenem Abib, juiz do 4º Juizado Cível de Vitória, há muitos casos de problemas com compras pela internet de eletrônicos e o valor da indenização varia caso a caso.

O magistrado informou que há relatos de clientes que compraram pacotes de viagens internacionais e foram fraudados pela empresa, não conseguindo fazer a viagem por não haver cumprimento do que foi oferecido na compra.

Em casos como esse, onde o preço do produto é alto, o valor da indenização por dano moral e material pode chegar a R\$ 10 mil.

“Comprar produtos de valor elevado pela internet é perigoso. Você não sabe o que pode acontecer, por isso é melhor optar por uma loja física”, destacou Abib.

A empresária Rafaela Laiola efetuou a compra de um móvel buffet para sua casa e teve uma surpresa desagradável quando a empresa fez a entrega do produto. Ela percebeu que a caixa era muito pequena em relação às proporções do produto que havia comprado.

Após abrir a encomenda, ela constatou que o produto que havia chegado era menor do que o pedido. Sendo assim, a empresária ligou para o SAC do site e informaram a ela que iriam abrir uma análise do processo, o que demorou 15 dias. Depois do prazo dado pelo site, ela se dirigiu ao Procon Estadual, onde foi feita uma mediação entre a cliente e o site responsável pela compra.

Após 30 dias, foi feita uma audiência de negociação e a empresária teve o valor gasto com a compra do buffet reembolsado, após um prazo de 15 dias.

“Fiquei totalmente insatisfeita pois só perdi tempo na negociação com o site”, desabafou Rafaela.

A advogada do consumidor, Márcia Lima, orienta que o cliente deve ter provas como o pedido de compra e o comprovante da compra efetuada no site para apresentar no Procon. “Se o problema não for resolvido, o consumidor pode procurar o Juizado Especial Cível do seu município”, disse.

DOR DE CABEÇA



## “Comprei um celular arranhado”

Após fazer uma compra de um celular pela internet, o técnico em eletrônica, Celio Johnatan Freitas, de 24 anos, não encontrou o que esperava, pois o produto eletrônico chegou arranhado. Ele entrou em contato com a empresa

pela qual realizou a compra na internet e. A empresa deu uma espécie de “brinde”, para compensar o produto danificado.

Porém, o produto começou a apresentar defeitos e foi necessário levar o celular na assistência técnica, on-

de foi concertado. Mas, Celio decidiu entrar em contato com a empresa.

“Desconfiei no início que o celular era usado, pois chegou arranhado. Relatei o problema à empresa e tive meu dinheiro reembolsado, mas foi uma dor de cabeça”, salientou Celio.

SAIBA MAIS

## Cuidados para não ter problemas

### Prevenção

- > SITES de reclamações são grandes aliados. O consumidor pode verificar se existem registros de problemas com vendas pela internet.
- > É PRECISO também verificar a forma que a empresa resolveu o problema.
- > VER se a loja disponibiliza algum contato telefônico, de preferência algum telefone fixo, é outra maneira de prevenção.
- > COLHIDAS essas informações, o

consumidor pode verificar junto aos órgãos reguladores se as informações realmente condizem com a realidade.

- > OUTRA dica é comparar as ofertas do site com outros vendedores. Se o preço for muito barato, desconfie.
- > NÃO EFETUE compras num site de comércio eletrônico que não possua link de navegação segura (HTTPS antes do endereço www, em verde).
- > A NAVEGAÇÃO deve se apresentar

segura ao menos na página de login/cadastro e fechamento do pedido, onde informações sensíveis dos clientes são passadas pelos servidores do site.

- > NÃO compre numa loja virtual que não possua o CNPJ visível no rodapé da página.
- > É PRECISO copiar o número do CNPJ do site e conferir a validação na Receita Federal para checar se realmente existe a empresa e se ela está ativa/regular.

### O que fazer ?

- > CASO tenha sido vítima de algum inconveniente ou fraude, e não conseguiu resolver por meio do contato com o site, o Procon Estadual é onde se pode encontrar formas de se orientar quanto aos procedimentos a serem realizados.
- > OUTRA orientação, passada pelo juiz titular do 4º Juizado Especial Cível de Vitória, Paulo Abiguenem Abib, é procurar o Juizado Especial Cível do município para ajuizar uma ação contra o site.

Fonte: Paulo Abiguenem Abib e juristas consultados.



COMPRA PELA INTERNET: é preciso ter um link de navegação segura





lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

# VICTOR HUGO

**Leonel Ximenes**

## ***CPI dos Maus-tratos vem ao ES nos próximos dias***

Presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), a CPI dos Maus-tratos fará uma audiência pública no Espírito Santo nos próximos dias. Na segunda audiência do colegiado, em Brasília, o delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, apresentou um quadro caótico do Espírito Santo.

### **Chocante**

Pazolini revelou o alto índice de pedófilos e abusadores de crianças que estão presos, e citou casos emblemáticos cujos envolvidos serão ouvidos no Estado, em data a ser definida nesta quarta-feira. Um dos casos mais chocantes foi o de um professor de uma escolinha de futebol que abusou de várias crianças.

### **2018 vem aí**

Aliás, sobre a vinda da CPI ao ES, a jornalista Sonia Racy, sábado, no "Estado", sugere que isso seja mais um movimento eleitoral de Malta para 2018. "Colegas dizem que ele segue o mesmo roteiro midiático que adotou na CPI da Pedofilia, de 2009 – outro ano imediatamente anterior às eleições", escreve a colunista.





### **Desmobilização**

A notícia da prescrição do processo do padre Gabriel Maire, assassinado há 28 anos, pegou de surpresa os poucos militantes dos direitos humanos no Estado. Em épocas nem tão remotas assim, a reação seria imediata e forte.

### **País da impunidade**

Aliás, esse caso só vem reforçar a marca da impunidade que o Brasil tem lá fora, principalmente na Europa. A prescrição do processo do padre Gabriel desgasta o país na França; a não extradição do terrorista Cesare Battisti deixa a gente muito mal na Itália.



## Carlos Alberto Di Franco

É jornalista  
E-mail: difranco@ise.org.br

▄ Que o Supremo não decida na contramão da cidadania. A admissibilidade da prisão, após recurso em segundo grau, pode mudar a cara do Brasil

### A hora do STF

O governo Michel Temer defende a revisão da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que a pena somente deve ser executada depois de esgotados todos os recursos da defesa, o chamado trânsito em julgado.

Em outubro do ano passado, por seis votos a cinco, o Supremo decidiu pela admissibilidade da prisão após o recurso em segundo grau, ao negar liminar em ações ajuizadas pela OAB e pelo Partido Ecológico Nacional (PEN). O tema voltará a ser analisado no plenário em breve, uma vez que o relator, Marco Aurélio Mello, pretende liberar os processos para julgamento de mérito. Além da Presidência, o ministro solicitou informações ao Senado e à Câmara.

A decisão de outubro, segundo a AGU, “flexibilizou o princípio da presunção de inocência”. “Em nosso regime constitucional, a presunção de inocência é direito fundamental e seu conteúdo e alcance influenciam todo o arcabouço jurídico criminal”, escreveu o órgão do governo.

A possibilidade de revisão do entendimento sobre o tema no STF agora deve depender do posicionamento do ministro

Alexandre de Moraes, sucessor de Teori Zavascki, morto em janeiro, e indicado por Temer. A corrente vencedora teve votos de Teori e Gilmar Mendes. No entanto, posteriormente, Gilmar passou a concordar com o voto de Dias Toffoli naquele julgamento, no sentido de que a pena deveria aguardar recurso especial no STJ para ser executada.

É possível, porém, que Rosa Weber faça uma mudança na direção contrária à de Gilmar, aderindo à visão de que é possível a prisão após condenação em segunda instância. Ela já afirmou que “continua refletindo” sobre o tema. Se essas duas alterações ocorrerem, o placar estaria empatado, e o peso do voto decisivo estaria com Moraes.

Na verdade, a possibilidade concreta de cadeia, consequência da condenação em segunda instância, acionou, à direita e à esquerda, o alerta vermelho no submundo da cultura da corrupção. A bandidagem conhece a morosidade do Judiciário e aposta todas as fichas na prescrição dos crimes. Trânsito em julgado, no Brasil, é o outro nome da impunidade.

Está nas mãos do Supremo assumir o papel histórico de defesa da democracia e dos valores republicanos ou – Deus não queira – virar as costas para a sociedade.

A corrupção é, de longe, uma das piores chagas que maltratam o organismo nacional. Esperemos, todos, que o STF, instituição exemplar ao longo da história deste país, não decida na contramão da cidadania. A admissibilidade da prisão, após o recurso em segundo grau, pode mudar a cara do Brasil.



## TRAGÉDIA EM GOIÁS

# “Eu o perdoo”, diz pai de aluno morto por colega

**Leonardo Calembó, pai de João Pedro, deu declaração após o enterro do filho**

« O pai do estudante João Pedro Calembó, de 13 anos, morto a tiros dentro da escola em Goiânia, disse que perdoa, e espera que a sociedade também perdoe o adolescente que tirou a vida do filho dele e do colega de sala, João Vitor Gomes, também de 13 anos. Durante o velório, o publicitário Leonardo Marcatti Calembó pediu que todos os pais “cuidem de seus filhos”.

“Meu filho era uma criança muito doce, muito especial. Nossa família é cristã, e ele sempre foi educado e pautado no respeito ao próximo. Os preceitos familiares estão perdidos na nossa sociedade, a gente tem que reforçar esses valores, e meu filho tinha tudo muito claro. Tudo isso poderia ser evitado”, desabafou.

“Falo como pai do João Pedro, de uma criança que perdeu a vida. Eu espero que toda a sociedade e os



Leandro (de roxo) é abraçado por amigo no enterro

pais dele e os outros pais o perdoem. Eu o perdoo”, disse, emocionado. A mãe do menino se manifestou pela internet. “Não julgue o nosso filho, a nossa família pelas notícias que você tem lido. Nós e a escola sabemos que não foi assim

O corpo de João Pedro foi enterrado às 10h45, no Cemitério Parque Memorial, em Goiânia. Durante a cerimônia a família fez

orações e, por volta 9h, celebrou um culto em homenagem ao adolescente. Centenas de parentes, amigos e conhecidos da família e de colegas da escola participam da despedida.

O corpo de João Vitor também foi enterrado nesta manhã, mas no Cemitério Jardim das Palmeiras. Segundo colegas da vítima, ele e o atirador eram amigos e andavam juntos.

DIDA SAMPAIO/AE

REPRODUÇÃO



João Pedro (no alto) e João Vitor foram mortos

O Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sepe) de Goiânia informou que representantes foram até o colégio, conversaram com professores e direção e apuraram que o estudante autor dos disparos não apresentava comportamento suspeito. As aulas no Colégio Goyases estão suspensas sem previsão de retorno. Os quatro feriados seguem internados.

## Juíza decide internar aluno que atirou

« A juíza plantonista Mônica César Moreno Senhorello acatou recomendação do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e determinou, ontem, a internação provi-

sória do aluno que atirou contra colegas no Colégio Goyases, em Goiânia. O adolescente, de 14 anos, que está apreendido na Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infra-

cionais (Depai).

De acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), o menor deverá se apresentar ao Juizado da Infância e Juventude amanhã.

A recomendação foi feita pelo promotor de Justiça Cássio Sousa Lima, que ouviu o menino nesta tarde.

Segundo ele, o intuito era proteger o adolescente, que é filho de militares.

O adolescente de 14 anos foi ouvido ontem, acompanhado do pai, oficial da PM, e da advogada. Segundo o promotor, o adolescente disse estar arrependido. O garoto confirmou que vinha pensando em fazer uma retaliação aos colegas.



ATENDIMENTO NA SAÚDE

# Pacientes denunciam médicos

Segundo o Conselho Regional de Medicina, as maiores queixas são referentes a consultas rápidas e a erros em diagnósticos

Lucas Rezende  
Vinícius Nascimento

Por trás de um ortopedista capixaba punido, a revolta de um paciente. Quando um morador da capital, que preferiu não se identificar, foi submetido a uma cirurgia devido a um problema ortopédico na perna direita, não imaginou que acordaria, após a anestesia, com o lado esquerdo operado.

Irregularidades como essa já fazem chegar a 302 o número de denúncias de pacientes contra médicos no Espírito Santo.

O tempo das consultas e os erros são os motivos que mais aumentam as estatísticas do Tribunal de Ética do Conselho Regional de Medicina no Estado (CRM-ES).

Para se ter uma ideia, pelo menos 195 profissionais já foram julgados neste ano pelo Tribunal.

"No topo das denúncias estão as que envolvem o relacionamento médico-paciente. São aquelas alegações de que o médico deu pouca atenção no atendimento; não examinou direito; não encostou no paciente; demorou a realizar o atendimento ou se recusou a pedir exame", exemplifica o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola.

Já as denúncias baseadas em possíveis erros médicos compreendem aquelas que incluem prescrição de receita de medicamento ao qual o paciente é alérgico ou que não condiziam com o necessário pelo diagnóstico, por exemplo.

"E quando o médico passou remédio que não podia, não fez diagnóstico correto ou operou errado. Há casos também em que operou, mas deixou o que chamamos de 'barbearagem'. Ou então não deu a devida atenção ao paciente, não operou o paciente a tempo, ou há insatisfação do paciente em relação a cirurgias plásticas", lista o presidente do CRM-ES.

A demora no atendimento médico na Grande Vitória já afetou a vida da garçoneite Lindinalva de Andrade Costa, 41 anos, por exemplo, que afirmou já ter aguardado mais de três horas para conseguir ser atendida no Pronto-Atendimento (PA) da Praia do Suá, em Vitória.

Diante do número de denúncias, o presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes), Otto Baptista, afirma que o volume de trabalho do Tribunal de Ética é pequeno se comparado à quantidade de médicos no Estado.

"Em um universo de 12 mil médicos, ter pouco mais de 300 denúncias não corresponde a 1%. E muitas das denúncias são devido às péssimas condições de trabalho que alguns médicos são expostos."



RECLAMAÇÃO

## Atendimento relâmpago

A dona de casa Geneci Araujo Oliveira, 40 anos, é hipertensa e buscou atendimento no PA da Praia do Suá, há cerca de dois meses, com fortes dores de cabeça e dor de garganta.

Segundo ela, para sua surpresa, ao entrar no consultório, o atendimento com a médica não durou cinco minutos. Ainda com queixas, Geneci teve de buscar atendimento em outra unidade de saúde.

"O primeiro atendimento foi relâmpago e sai da sala sem um diagnóstico. Precisei ir até a unidade de outro bairro para conseguir ser examinada corretamente. Tenho vontade de denunciar a médica por negligência", detalhou.

## NÚMEROS NO ESPÍRITO SANTO

### Pacientes revoltados

#### DENÚNCIAS NO TRIBUNAL DE ÉTICA

TIPO DE DENÚNCIA	Nº PROCESSOS
Denúncias tramitando de 2011 até ontem	302
Denúncias feitas de janeiro de 2017 até ontem	154
Denúncias julgadas neste ano, mas que incluem processos desde 2011	195
Denúncias que foram arquivadas neste ano, mas que incluem processos desde 2011	143
Denúncias que deram origem a processos ético-profissionais somente neste ano, mas que incluem processos de anos anteriores	52

#### PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS (PEP)

Instaurados de janeiro de 2017 até ontem:	52
Em trâmite de 2011 até ontem	225
Julgados neste ano, mas que incluem processos desde 2011	38
Arquivados neste ano, mas que incluem processos desde 2011	25

**50%** dos processos que chegam ao Conselho Regional de Medicina são arquivados de imediato por falta de sustentação, provas e coerência

#### OUTROS NÚMEROS

### 40 É O NÚMERO

DE CONSELHEIROS DO TRIBUNAL DE ÉTICA QUE JULGAM OS PROCESSOS

CERCA DE 50% das denúncias envolvem médicos recém-formados

450 A 500 MÉDICOS se formam anualmente no Estado, indo para o mercado de trabalho

DESTA MÉDIA, 350 não conseguem especialização imediata por não ter vaga em residências médicas

SÃO CERCA DE 120 vagas de residência médica no Espírito Santo

ATUALMENTE, são 15 mil médicos no Espírito Santo

DESTES, 11 mil estão ativos



Fonte: Conselho Regional de Medicina (CRM-ES).

## SAIBA MAIS



**ATENDIMENTO MÉDICO:** sindicância pode levar de um mês a seis anos, de acordo com o CRM-ES

### Como denunciar

#### PRIMEIRO PASSO

- ▶ O PACIENTE que quiser fazer uma denúncia deve ir pessoalmente ao Conselho Regional de Medicina no Espírito Santo (CRM-ES).
- ▶ A SEDE fica na rua Professora Emília Franklin Molulo, 228, em Bento Ferreira, Vitória.
- ▶ O TELEFONE de contato é o 2122-0100.
- ▶ NO LOCAL, O PACIENTE deve se identificar, uma vez que o CRM não aceita denúncias anônimas.
- ▶ É FEITO um registro do ocorrido e protocolada a denúncia.
- ▶ O PACIENTE deve fazer um relato do atendimento que quer denunciar.

#### PROCESSO DE ANÁLISE

- ▶ A SINDICÂNCIA pode levar de um mês a seis anos. Assim que houver denúncia, a sindicância passa pelo corregedor, que vai distribuí-la para algum conselheiro – no total, são 40.
- ▶ ASSIM QUE TERMINAR a análise, o processo segue para a chamada Câmara de Julgamento, que vai decidir pelo arquivamento da sindicância

ou, se houver indício de infração ao Código de Ética, é aberto um processo ético profissional.

- ▶ DEPOIS, O CRM-ES vai ouvir as partes envolvidas, possíveis testemunhas, e levar em consideração prontuários.
- ▶ É FEITO um relatório por um revisor. Este relatório vai para julgamento numa plenária, com participação de todos os 40 conselheiros.
- ▶ POR FIM, há o arquivamento do processo ou o médico em questão será punido.

#### As penas podem ser:

- ▶ Advertência confidencial
- ▶ Censura confidencial
- ▶ Censura pública (com publicação em jornais de grande circulação)
- ▶ Suspensão do exercício profissional por 30 dias
- ▶ Cassação do registro de médico

Fonte: Presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola.



## ATENDIMENTO NA SAÚDE

## Registro de 154 queixas neste ano

Somente neste ano, 154 novas denúncias de pacientes chegaram ao Tribunal de Ética do Conselho Regional de Medicina no Estado (CRM-ES).

Dentre elas, há as que se fundamentam com infrações ao Código de Ética da medicina. Nele, há três artigos que versam estritamente sobre a relação entre médico e paciente.

O Código de Ética diz que é proibido deixar de usar todos os meios disponíveis de diagnóstico e tratamento, cientificamente reconhecidos e a seu alcance, em favor do paciente.

Além disso, é taxativo ao dizer que é vedado aos médicos deixarem "de atender paciente que procure seus cuidados em casos de urgência ou emergência, quando não haja outro médico ou serviço médico em condições de fazê-lo".

A partir das denúncias que ferem especificamente pontos do Código, são instalados processos ético-profissionais.

Segundo levantamento feito por A Tribuna, 225 denúncias estão sendo analisadas por uma corte de 40 conselheiros.

Pelo crivo deles já passaram, por exemplo, episódios como o de um cirurgião que deixou uma pinça e uma compressa na região abdominal de um paciente após dar os pontos na região aberta.

No ranking de denúncias – além de reclamações sobre tempo de espera e erros médicos – também há ocorrências relacionadas a atestados médicos, que são questionados, principalmente, por empresas desconfiadas dos documentos médicos apresentados por seus funcionários nos Recursos Humanos.

"As instituições privadas questionam a emissão de atestados ditos falsos ou graciosos – que são aqueles em que o médico dá a popular 'forçada de barra'. Há casos em que, por causa de uma sinusite, o atestado foi de 15 dias, sem necessidade", exemplifica o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola.

De acordo com ele, há também as ocorrências envolvendo atestados falsos.

"Isso ocorre quando o médico emite atestado por determinada doença que o diagnóstico não foi feito por ele".

Dalapicola frisou, no entanto, que é necessário haver ponderações por parte dos pacientes.

"Na visão do paciente, o médico está sempre totalmente errado. E nem sempre é. Cerca de 50% das denúncias são arquivadas de imediato. Se o médico não pediu exame, pode ser porque realmente não tinha indicação, por exemplo", finaliza Dalapicola.

## Metade das denúncias envolve recém-formados

Cerca de 50% do total de denúncias que chega ao Conselho Regional de Medicina (CRM-ES) envolve médicos recém-formados, segundo o presidente do CRM-ES, Carlos Magno Pretti Dalapicola.

"A maioria atinge médicos que se formaram nos últimos seis anos – o que representa cerca de 10 mil do montante de profissionais. Há uma problemática aí: a maioria desses médicos recém-formados entra no mercado de trabalho pelo que chamamos de 'ponta', que é o expediente em Pronto-Atendimento (PA), pronto-socorro e Unidades de Pronto-Atendimento (UPA)", relata.

O presidente do CRM-ES explica que a pouca experiência nesses locais de alta frequência de pacientes demandando atendimentos de urgência e emergência pode acabar refletindo na dificuldade desses profissionais em exercer o ofício, muitas vezes pelo fato de o médico não ter os meios de trabalho necessários.

"Não significa, no entanto, que os recém-formados são os culpados. Lembrando que denúncias não acarretam necessariamente em processo ou punição. Mas esses profissionais acabam ficando na linha de frente, e onde existe mais possibilidade de erros médicos. Mas a falta de prática pode sim também ter a ver com as denúncias feitas."



PROFISSIONAL durante consulta

Dalapicola estima que há, por ano, cerca de 450 a 500 médicos formando-se nas universidades e faculdades do Estado.

"Essa conta não fecha, porque há por volta de 120 vagas de residência no Estado inteiro. Logo, o índice é de pelo menos 300 recém-formados que não conseguem vaga para fazer residência e, por sua vez, especialização. O mercado de trabalho oferecido para eles, então, acabam sendo as UPAs, onde os riscos e as demandas são maiores", finaliza.



CARLOS MAGNO DALAPICOLA, presidente do CRM-ES, diz que 50% das denúncias são arquivadas de imediato

## "Prêmio" por produtividade

Gratificação de até R\$ 900 é o mais novo "incentivo" para os médicos plantonistas no Pronto-Atendimento (PA) do Trevo de Alto Laje, em Cariacica.

Essa foi a fórmula encontrada pela prefeitura para dar celeridade aos atendimentos e diminuir possíveis reclamações dos usuários, segundo a secretária municipal de Saúde, Stéfane Legran Macedo.

O decreto, que está em vigor desde o dia 29 de setembro, estabelece pagamento de valores – que variam de R\$ 400 e R\$ 900 – além do salário base dos profissionais, de acordo com o número de pacientes atendidos durante um plantão de 12 horas realizando duas vezes por semana por cada profissional.

"Desde que o decreto entrou em vigor, conseguimos aumentar a média de atendimentos por profissionais. Antes, a média era de 32 atendimentos/dia por médico. Pouco mais de 15 dias que o decreto

passou a valer, já estamos com 44 atendimentos/dia", revelou a secretária.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes), Otto Baptista, o decreto é um novo modelo de contratação e de remuneração implantado no município, e que gerou uma divisão entre os profissionais que atuam na cidade.

"Alguns profissionais estão em desacordo com o que determina o decreto, mas já procuramos o prefeito Juninho (Geraldo Luzia Júnior) que se prontificou a nós atender na próxima semana", afirma.

A melhora na qualidade dos serviços em saúde do município não é o entendimento que o Conselho Regional de Medicina (CRM-ES) tem com a assinatura do decreto.

O presidente do órgão, Carlos Magno Pretti Dalapicola, afirma que a Prefeitura de Cariacica "está inventando moda" ao atrelar boni-

ficações para os médicos a partir do número de consultas.

Ele acrescenta que a orientação do CRM-ES é que os médicos façam até 40 atendimentos em um plantão de 12 horas, em pronto-socorro, pronto-atendimento (PA), respeitando o tempo de 15 minutos por consulta, como determina o conselho. "O decreto da Prefeitura de Cariacica coloca em risco a qualidade do atendimento médico e a saúde dos pacientes do município."

Desde que o decreto entrou em vigor, conseguimos aumentar a média de atendimentos por profissionais

Stéfane Legran Macedo, secretária de Saúde de Cariacica

LEONARDO BICALHO - 20/10/2016



PACIENTES no Pronto-Atendimento do Trevo de Alto Laje, em Cariacica: decreto estabelece gratificação de até R\$ 900 para médicos plantonistas de acordo com número de pacientes atendidos



## **Ação da Justiça em Vila Velha**

Adaptado para realizar audiências, o ônibus da Justiça Comunitária estará hoje na Universidade de Vila Velha (UVV), no bairro Boa Vista, das 8 horas ao meio-dia.

O projeto oferece atendimento gratuito para quem busca solucionar questões de Direito de Família.

Antes da audiência, os interessados devem buscar as entidades parceiras da Justiça Comunitária. São elas: Prefeitura e Unesc (Serena), UVV e a Casa do Cidadão de Vitória. A entidade informará às partes a data e o local em que receberá a visita do Projeto.



# TRIBUNA LIVRE



TÊLVIO VALIM

## O médico e a Justiça

**A** relação do médico com seus pacientes deve ser baliçada pela confiança. Afinal, não é para qualquer pessoa que entregamos algo tão preciosos quanto a nossa saúde e a nossa própria vida. Além disso, deve ser guiada também pela boa-fé entre as partes. Enfim, transparência deve ser a base desse relacionamento.

No entanto, nem sempre tudo sai como o esperado e, quando isso acontece, o atrito gerado nessa relação pode ir parar na Justiça, o que tem acontecido com frequência com a judicialização da Medicina. De acordo com dados do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2004 a 2014, houve um aumento de 1.600% no número de processos judiciais envolvendo médicos, além de um crescimento de 180% de profissionais condenados nos Conselhos Regionais de Medicina.

Complementando as informações. Dados mostram ainda que, em 2010, foram 260 ações encaminhadas ao STJ sobre o tema. Em 2015, foram 626 processos. São casos já julgados nos tribunais estaduais que passam para a esfera superior quando uma das partes entra com recurso. No mesmo período, 18 médicos tiveram seus registros cassados e outros 625 receberam outros tipos de punições do Conselho Federal de Medicina (CFM) por agir com imprudência, imperícia ou negligência, práticas que caracterizam o erro médico. Além disso, as estimativas indicam que, atualmente, 7% dos médicos brasileiros respondem a processos.

E o que explica tamanho crescimento? Vários fatores. Vejamos. No passado, a quantidade de médicos era restrita, pois havia um número menor de faculdades de Medicina. Soma-se a isso o acesso à informação por parte dos cidadãos. No setor privado, os pacientes se tornaram consumidores exigentes. Dessa forma, acionam o Código de Defesa do Consumidor contra os profissionais quando se veem insatisfeitos. Já no setor público, a insatisfação dos usuários em relação ao SUS também tem sido levada à

Justiça.

Outra variável é a precarização da Medicina. Não é segredo, por exemplo, que no setor privado muitos hospitais não são plenamente equipados, que os médicos são mal remunerados e que trabalham muito além da sua capacidade por exigência dos planos de saúde. Soma-se ainda problemas estruturais da rede pública de saúde, como falta de mão de obra auxiliar ao serviço médico.

Há evidências de que o aumento de erros reportados à Justiça está relacionado à baixa preocupação de algumas unidades de saúde – tanto públicas quanto privadas – têm com a qualidade do serviço prestado.

E como os doutores devem agir diante desse novo cenário? O

prontuário - escrito ou eletrônico - é de extrema importância e é o principal documento de defesa. Nele, o médico deve registrar tudo o que prescreve, orientações, diagnósticos, o máximo de informações possível. Mas, em primeiro lugar, todo profissional deve

exercer sua atividade corretamente, tanto do ponto de vista ético quanto legal.

Não restam dúvidas que antes uma profissão extremamente glamourizada tem sofrido uma forte precarização. Não é à toa que a categoria está entre as que mais sofrem com o estresse, casos de suicídio e de dependência química. Nesta semana, em que se comemorou o Dia do Médico, em 18 de outubro, cabe uma reflexão aos doutores, assim como à sociedade, pois muitos dos conflitos poderiam ser resolvidos no consultório antes de chegar à Justiça.

Têlvio Valim é advogado especialista em Defesa Médica

**Não é à toa que a categoria está entre as que mais sofrem com o estresse**





**COBRANÇA POR BAGAGEM:** empresas teriam prestado informações erradas

## Companhias aéreas são processadas

**Para Ministério da Justiça, empresas fizeram propaganda enganosa depois de anunciar queda nos preços em setembro**

### BRASÍLIA

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), ligado ao Ministério da Justiça, determinou a abertura de processo administrativo contra a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abeare) e as empresas Avianca, Azul, GOL e Latam por causa de uma divulgação feita em setembro e que apontou queda no valor das passagens após o início da cobrança pelo despacho de bagagem.

O processo aberto acusa as companhias aéreas e a Abeare de fazerem propaganda enganosa, repassar informações falsas ao consumidor, omitir informações relevantes e usar da fraqueza ou ignorância do consumidor. Se condenados, eles podem ser multados em até R\$ 9,5 milhões.

A Abeare informou, por nota, que soube da instauração do processo, mas que ainda não foi notificada. A associação reafirmou os números divulgados e disse que "demonstrará sua correção".

O despacho informando sobre a abertura do processo administrativo foi publicado na edição de ontem no Diário Oficial da União. As

empresas serão intimadas para apresentarem defesa.

Na última quinta-feira, o DPDC chegou a convocar uma entrevista coletiva para tratar do assunto, que foi cancelada após um pedido do Ministério dos Transportes.

O caso teve início em setembro, quando a Abeare divulgou levantamento que apontava queda média entre 7% e 30% no preço das passagens vendidas por empresas aéreas que já implementaram a nova regra de cobrança pelo despacho de bagagens.

Entretanto, dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicam que o valor das passagens aumentou 35,9% apenas entre junho e setembro. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apontou alta de 16,9%.

Diante do contraste dos números, no final de setembro o DPDC anunciou uma "averiguação preliminar" para apurar as informações da Abeare de que os preços das passagens haviam caído.

### SAIBA MAIS

#### Propaganda enganosa

AS EMPRESAS Avianca, Azul, Gol e Latam estão sendo processadas por causa de uma divulgação feita em setembro e que apontou queda no valor das passagens após o início da cobrança por bagagens

O PROCESSO acusa as companhias aéreas de fazerem propaganda enganosa e omitir informações.

Fonte: Ministério da Justiça



## **Justiça do ES condena companhia aérea a indenizar passageiro em R\$ 5 mil**

**Segundo processo, passageiro foi impedido de utilizar o assento adquirido com três meses de antecedência e teve a bagagem extraviada em um voo para Foz do Iguaçu.**

A Justiça do Espírito Santo condenou uma companhia aérea a indenizar um morador de Iconha, no Sul do estado, em R\$ 5 mil, após ser impedido de utilizar o assento adquirido com três meses de antecedência, e ter sua bagagem extraviada em um voo para Foz do Iguaçu.

Ao realizar a conexão em Guarulhos, o passageiro embarcou na aeronave, e, ao sentar na poltrona indicada em sua passagem, foi surpreendido por outra pessoa que apresentou bilhete com a mesma numeração, pedindo que ele cedesse o lugar.

Segundo o autor da ação, foi anunciado dentro da aeronave “em alto e bom tom” para que ele se retirasse do voo imediatamente, tendo o seu nome chamado pelas caixas de som da aeronave.

O passageiro, então, exigiu uma justificativa, negando-se a se retirar da aeronave. Diante de sua resistência, um representante da companhia aérea fez um novo pedido, de forma grosseira, informado que o autor deveria aguardar o próximo voo para Foz do Iguaçu, na tarde do dia seguinte.

Após muita insistência, o representante da companhia aérea conseguiu outra poltrona no mesmo voo, mas ela estava danificada, impedindo o autor de reclinar, e obrigando-o a viajar desconfortável.

Por fim, a mala do passageiro foi retirada da aeronave e só entregue em seu destino ao final do dia seguinte ao embarque.

Como desembarcou à noite, o autor da ação não encontrou estabelecimentos abertos para comprar itens de primeira necessidade, passando frio e dormindo com a roupa que estava no corpo, privado de realizar a sua higiene básica.

Em defesa, a companhia aérea apresentou contestação alegando overbooking. Segundo a companhia, houve a substituição da aeronave que faria o voo por uma de menor capacidade, impedindo o embarque de todos os clientes. A empresa defendeu ainda a não ocorrência de extravio de bagagem e inexistência de danos morais.

Na decisão, o magistrado do Juizado Especial da Vara Única de Iconha, afirmou não haver nos autos nenhuma prova que demonstre que a ré tenha atuado para diminuir os transtornos causados.

“Assim, se a empresa aérea descumpre o contrato, causando atraso por várias horas em exagerada demora na entrega da bagagem e impedindo o cliente de permanecer no assento marcado no seu bilhete de embarque, comprado com antecedência, sem prestar ao consumidor a assistência devida, o dano moral é evidente e dispensa qualquer exteriorização a título de prova”, concluiu o juiz na decisão.



SEGURANÇA PÚBLICA

# Mudanças nas leis sobre armas

**Deputados favoráveis a alterações no estatuto do desarmamento esperam que projeto seja votado em novembro**

Texto: Milena Martins  
Arte: André Felix

Depois de cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o projeto de lei do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), que muda o estatuto do desarmamento e torna mais fácil a compra de armas de fogo no Brasil, chega à reta final. Parlamentares da "bancada da bala", favoráveis à proposta, afirmam que há expectativas de que o projeto, aprovado por maioria em Comissão

especial, seja votado em plenário, na Câmara, no mês que vem. Em seguida, a proposta segue para o Senado, e não havendo alterações, é encaminhada para sanção pelo presidente Michel Temer. Em caso de alteração, o projeto volta a ser discutido no Congresso.

O texto traz mudanças como a idade mínima para comprar armas que cai de 25 anos para 21 anos, além de liberar a comercialização para quem já esteve preso e também para pessoas investigadas por crimes violentos, o que é proibido de acordo com a lei atual. Entre outras mudanças, o projeto também autoriza a compra de até nove armas por pessoa, além de facilitar o acesso para políticos. As alterações levantam debates entre governos, especialistas e população que, por meio de estudos, tenta entender o que de fato é eficaz para a segurança pública.

## Votação no Congresso

Veja a tendência dos votos no plenário para a mudança na lei sobre porte de armas



Fonte: Os dados apresentados são de uma sondagem do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), autor do projeto de lei 3.722/12 e de dois membros da "bancada da bala" formada por deputados que apoiam a proposta.

**2012**  
Projeto de lei 3.722 é apresentado pelo deputado Rogério Peninha (PMDB-SC).

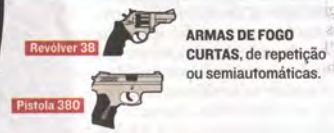
**2018**  
Se não houver alterações no Senado, segue para sanção do presidente da República.

**2012**  
Projeto começa a tramitar na Câmara no Congresso Nacional.

**2017**  
Após ser votado em plenário, projeto segue para o Senado.

**2015**  
Projeto é aprovado por 80% da Comissão Especial.

## ALGUMAS ARMAS PARA POSSE



## Compra de arma

A decisão da posse ou do porte é da Polícia Federal



**1 ESCOLHA**  
Antes de iniciar o processo de aquisição de uma arma junto à Polícia Federal, o cidadão vai até uma loja credenciada e escolhe o modelo que pretende adquirir.

## 2 APTO

Para dar entrada no processo de posse de arma junto à Polícia Federal, o indivíduo deve juntar documentos que comprovem residência fixa, capacidade mental, além de justificar necessidade de posse de arma de fogo.



## 3 TÉCNICA

Para possuir uma arma de fogo, o cidadão deverá fazer um curso de tiro e exame com um instrutor de armarmento credenciado pela Polícia Federal. A taxa do exame é de R\$ 80,00.



## 4 TESTE MENTAL

O solicitante faz um exame de aptidão psicológica aplicado por psicólogo credenciado pela Polícia Federal. Se o resultado for "inapto", poderá refazer testes em 90 dias.

## 6 A COMPRA

Após autorizado pela Polícia Federal a adquirir a arma, o indivíduo retorna ao estabelecimento comercial, apresenta o registro e finaliza a compra da arma de fogo, já escolhida antes de iniciar o processo.



## 5 REGISTRO

Depois de juntar todos os documentos, atestados e certidões, o cidadão deve preencher o formulário de requerimento pedindo autorização da posse da arma de fogo, na página da Polícia Federal. Após autorizada a posse, automaticamente a arma de fogo será registrada.



## VOTAÇÃO NO PLENÁRIO

Para ser aprovado em plenário e seguir para o Senado, o projeto precisa ser votado pela maioria simples, ou seja, 50% dos votos mais um dos deputados presentes na Casa.

## CUSTO REGISTRO E PORTE DE ARMAS

O custo para se adquirir uma arma legalmente é em torno de R\$ 1.000. Para conseguir o porte de arma, é preciso pagar mais uma taxa de R\$ 1.000, fora o custo da arma.

## Diferença

### POSSE

A posse é garantida pelo registro emitido e autorizado pela Polícia Federal da arma de fogo. O equipamento deverá ficar na casa do seu proprietário em sua empresa, sendo ele o dono ou responsável legal.

### PORTE

O porte de arma de fogo é a autorização excepcional dada pela Polícia Federal que autoriza que a pessoa ande, transite com sua arma, pronta para uso.

## OPINIÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS CAPIXABAS

“Eu sou favorável ao maior acesso da população à posse e porte de armas, desde que as regras sejam respeitadas”



CARLOS MANNATO (SD)

“O tema é relevante. Conceitualmente, sou favorável ao projeto, desde que o mecanismo e controle de armas sejam aperfeiçoados”



EVAIR DE MELO (PV)

“Não conheço o teor do projeto, porém, sou contra qualquer projeto de lei que permita o uso irrestrito de arma de fogo”



JORGE SILVA (PHS)

“A proposta tem pontos positivos e negativos. Armar a população não resolve o problema da violência”



SERGIO VIDIGAL (PDT)



SEGURANÇA PÚBLICA

# “Guerra” de opiniões contra e a favor

**A** poucos passos de ir para votação em plenário, com possibilidade de ser sancionada pelo presidente Michel Temer, a proposta de lei que relaxa as regras para porte de armas de fogo no Brasil aumenta os debates e cria uma guerra de opiniões contra e a favor entre os especialistas em segurança pública.

O coordenador do Instituto Souza Paz, do Rio de Janeiro, Felipe Angeli, é taxativo: “População armada aumenta a violência”.

Ele destaca que o Estatuto do Desarmamento não acabou com o direito de o cidadão ter arma, apenas criou critérios mais rigorosos.

Desde 2004, mais de 500 mil armas foram vendidas no Brasil, segundo o Exército, e 72 mil novos registros de armas foram concedidos a civis.

“Existem evidências robustas sobre a relação entre armas de fogo e violência. Quanto mais armas

circulando na sociedade, maior é a possibilidade de pessoas mortas”, afirmou.

Angeli afirmou também que estudos levam à conclusão de que a população não aprova maior circulação de armas no Brasil.

“Estudos apontam que o ritmo de crescimento de mortes com arma de fogo, antes do Estatuto, cresceu significativamente e, depois, se tornou praticamente estável”, destacou o especialista.

O especialista em segurança pública Alexandre Domingos defende maior facilidade ao acesso ao porte de armas, argumentando que o cidadão tem o direito de se defender.

“Hoje, só o bandido tem acesso às armas. O cidadão de bem não tem defesa. Com a posse ou o porte, terá consciência de que penalidades severas acontecerão para quem abusar do direito”, analisou.

O membro do Centro de Pesqui-

sa em Direito e Segurança (Cepe-des) Fabricio Rebelo é a favor de armar a população. Para ele, do ponto de vista da segurança pública, o Estatuto do Desarmamento é um fracasso, argumentando que aumentaram o número de mortes por arma de fogo, mesmo após a aprovação da lei.

“Não há estado no Brasil que tenha reduzido criminalidade com base em desarmamento”, frisou.

O especialista argumenta que isso ocorre porque o perfil da violência homicida brasileira está ligado às atividades criminosas habituais, pois bandidos se armam no mercado paralelo, abastecido pelo tráfico internacional.

“O Estatuto só desarmou o cidadão cumpridor da lei, que não passa por cima dela para comprar uma arma, mas em nada afetou os criminosos. Os fuzis que livremente circulam no Rio de Janeiro são o maior exemplo disso”, afirmou.



FABRICIO REBELO é a favor de armar a população, pois bandidos se arman

## PORTE IRREGULAR

O indivíduo que for flagrado portando a arma em qualquer outro local, que não seja o que consta no registro do Sistema Nacional de Armas, estará incidindo no crime conforme art. 15, do Estatuto, com pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa, mesmo que o registro esteja regular.

## NO ESPÍRITO SANTO

A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL apreendeu um total de 92 armas de fogo de janeiro a outubro deste ano.

**1.927 armas**

FORAM APREENHIDAS NO ESTADO DE JANEIRO A SETEMBRO DESTES ANO, DE ACORDO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO

## Números de requerimentos

PARA AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO NO ESTADO\*



\*Nem todos foram autorizados  
\*\*01/01 à 12/04/2017

## A LEI EM ALGUNS PAÍSES

### Brasil

A posse e o porte de armas são permitidos, mas com uma das legislações mais rigorosas do mundo.



### Estados Unidos

Um dos países com legislação sobre porte e posse de armas mais liberais do mundo.



### Austrália

O país tem leis rígidas. Somente responsáveis pela segurança pública estão autorizados a carregar e usar armas.



### Canadá

A posse e o porte para menores de idade são permitidos, se a pessoa provar que precisa da arma para sobreviver.



### Japão

Porte e posse só abre exceção para policiais e esportistas, que precisam de autorização especial.



## ESPECIALISTA EM SEGURANÇA PÚBLICA

# “Acesso às armas com menos rigor”

Um dos maiores especialistas em Segurança Pública do Brasil, bacharel em Direito, presidente de do Movimento Viva Brasil (MBV) e autor do livro “Mentiram para mim sobre Desarmamento”, Bene Barbosa apoia alguns pontos do projeto de lei, mas se mostra adverso a outros.

Barbosa diz que Estatuto do Desarmamento é um fracasso incontestável e avalia que o cidadão deve ter acesso à armas, com restrições menos rigorosas.

**A TRIBUNA - O que acha das alterações propostas pelo projeto de lei sobre o Estatuto do Desarmamento?**

**BENE BARBOSA -** Sou plenamente favorável, por exemplo, à

redução da idade para 21 que era o exigido antes do malfadado Estatuto do Desarmamento de 2003. Já quanto ao porte exclusivo para parlamentares, sou contrário! Não é justo que eles sejam tratados diferentemente do cidadão comum.

**> Acha que o Estatuto diminuiu a violência em alguns estados? Ou os resultados foram inversos em sua opinião?**

O estatuto é um fracasso retumbante e incontestável! Todos os índices criminais continuaram crescendo, a porcentagem de homicídios com o uso de armas de fogo cresceu 7% em plena vigência da lei.

**> Se houvesse hoje um novo referendo sobre comercializa-**

**ção de armas no Brasil, acha que os números seriam diferentes de 2005, quando 63% da população aprovou o comércio de armas?**

Não tenho a menor dúvida que o



BARBOSA: “Estatuto é um fracasso”

resultado seria ainda mais favorável. Naquela época muitas pessoas ainda acreditavam que o desarmamento podia funcionar e trazer mais segurança, mas hoje a maioria absoluta já viu o fracasso e que não estão seguras desarmadas.

**> Qual o número de mortes por armas de fogo no Brasil neste ano?**

Números ainda não consolidados apontam para mais de 28 mil homicídios só no primeiro semestre deste ano, um crescimento de quase 7% na comparação do mesmo período do ano passado. Se isso se repetir no segundo semestre deste ano, devemos bater a marca histórica dos 60 mil homicídios em 2017.

## OPINIÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS CAPIXABAS

**“Sou contra. Armar a população pode aumentar a violência urbana, sobretudo no trânsito e nos lares, afetando principalmente as mulheres”**



Contra

GIVALDO VIEIRA (PT)

**“Quaisquer alterações precisam ser profundamente discutidas, pois o objeto central é fortalecer a cultura da não violência”**



Indeciso

LEILO COIMBRA (PMDB)

**“Estou estudando o projeto de lei e prefiro me manifestar em um momento mais oportuno”**



Indeciso

NORMA AYUB (DEM)

**“Por enquanto não vou me posicionar sobre o assunto”**



Indeciso

HELDER SALOMÃO (PT)

## RESTANTE DA BANCADA

O deputado Paulo Foletto (PSB), não respondeu às ligações de A Tribuna. A assessoria do deputado Marcus Vicente (PP) disse que não conseguiu contato com o deputado para que ele emitisse sua opinião.



## **Audiência pública em Vitória discute acolhimento de crianças e adolescentes ameaçadas de morte**

**Audiência, que acontece nesta terça-feira (24), é uma das quatro que compõem a semana dos colegiados da Assembleia Legislativa.**

Uma audiência pública vai discutir o 'Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco de Morte', na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em Vitória, às 18h desta terça-feira (24).

O objetivo do evento é debater com a comunidade local a preservação da vida de crianças, adolescentes e jovens ameaçados de morte.

A audiência é uma das quatro que compõem a semana dos colegiados da Assembleia Legislativa. Temas como orçamento estadual, violência contra a mulher e saúde e saneamento básico serão discutidos nesta semana.

A reunião foi solicitada pela Vara Especial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do estado, para discutir a necessidade de construção de abrigos para menores por meio de parceria entre setor público e privado.



## **Audiência em Vitória discute acolhimento de crianças e adolescentes ameaçadas de morte**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/audiencia-em-vitoria-discute-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-ameacadas-de-morte/6238874/>



## **Acusado de assassinatos em Maria Ortiz é procurado pela polícia**

**Thiago Venâncio possui mandado de prisão por homicídio e está foragido desde outubro do ano passado**

A Polícia Civil está à procura de um homem apontado como autor de três assassinatos no bairro Maria Ortiz, Vitória. O acusado Thiago Venâncio, 19 anos, está foragido desde outubro de 2016.

Segundo informações da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DDCV) de Vitória, Thiago é o autor da morte de Edgar Marciano dos Santos. O crime aconteceu em outubro do ano passado.

Thiago também é autor do assassinato de Marcelo Silva Guimarães, executado durante a crise da Segurança Pública no Espírito Santo, em fevereiro.

O crime mais recente, segundo a Polícia Civil, cometido pelo foragido da Justiça é a morte de Cléber Vinícius Silva, na última sexta-feira.

Quem tiver informações que possam ajudar a polícia a encontrar Thiago, pode informar pelo telefone 181 (Disque-denúncia). A ligação é gratuita e anônima.



## **Espírito Santo já tem um presídio exclusivo para acomodar pedófilos**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

[http://www.gazetaonline.com.br/cbn\\_vitoria/reportagens/2017/10/espírito-santo-ja-tem-um-presidio-exclusivo-para-acomodar-pedofilos-1014104670.html](http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/10/espírito-santo-ja-tem-um-presidio-exclusivo-para-acomodar-pedofilos-1014104670.html)